



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O **Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro**, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 08/2017, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018**, na data de 15 de agosto de 2018 às 10:00 h, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo nº. 19.093/2018.

A presente licitação, cujo tipo é o de **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, será integralmente conduzida pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, e encontra-se fundamentada na Lei Federal nº 10.520/2002, sendo regulamentada pelo Decreto Municipal nº 142/2004, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 357/2011 e pelas condições estabelecidas neste Edital e anexos.

Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização desta Licitação na data acima marcada, o Certame ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expreso do pregoeiro.

Foi devidamente autorizada pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**, às fls. 58 e pelo juízo de conveniência e oportunidade ratificada pelo **Exmo. Sr. Prefeito**, conforme consta no processo nº 19.093/2018.

O provedor do sistema eletrônico adotado pelo **Município de São Gonçalo e/ou seus órgãos e entidades** para a realização deste certame é o do **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA – Sistema de Compras Eletrônicas da Caixa Econômica Federal**, “www.licitacoes.caixa.gov.br”.

Para fins deste edital, doravante as microempresas e empresas de pequeno porte serão identificadas como **ME/EPP**.

Para participação nesta licitação, deverão ainda, ser observadas as seguintes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

informações:

PRAZO PARA CREDENCIAMENTO:

Até 10:00h do dia 15/08/2018.

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Até 10:00h do dia 15/08/2018.

PRAZO PARA OFERECIMENTO DE LANCES:

De 14:00h às 15:00h do dia 15/08/2018, acrescido do período aleatório.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

Até 23:59h do dia 10/08/2018.

Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública, obedecerão, para todos os efeitos, o horário de Brasília – DF.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Declaração, conforme o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
Anexo III	Proposta Comercial
Anexo IV	Orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários
Anexo V	Declaração de fatos supervenientes
Anexo VI	Minuta de Contrato
Anexo VII	Declaração que não possui parentesco
Anexo VIII	Declaração de ME - EPP
Anexo IX	Cronograma Físico-Financeiro
Anexo X	Memória de Cálculo
Anexo XI	Composição B.D.I.
Anexo XII	Desembolso Físico-Financeiro
Anexo XIII	Declaração de não inscrição no cadastro de contribuinte e/ou de não possuidor de débito para com a Fazenda do Município de São Gonçalo

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

2.1.1. Poderão participar da presente Licitação empresas regularmente estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam relacionados ao objeto da presente Licitação e que satisfaçam integralmente as condições deste Edital.

2.2. VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.2.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.2.1.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.1.2. Estrangeiros que não funcionem no Brasil;

2.2.1.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.1.4. Empresas que se encontrem sob o regime falimentar;

2.2.1.5. Pessoas jurídicas de direito privado constituídas na forma de cooperativas, diante das condições de subordinação da contratação em tela, em atenção ao disposto no art. 5º, da Lei nº 12.690/2012, bem como ao princípio da isonomia, conforme diretriz imposta pelo parágrafo único, do art. 12, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aplicável por analogia:

2.2.1.5.1. Lei nº 12.690/2012, Art. 5º – *“A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão-de-obra subordinada.”*

2.2.1.5.2. IN nº 5/2017, MPDG, Art. 12. *“Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.*

Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

3. DO CADASTRO E CERTIFICAÇÃO DOS LICITANTES.

3.1 CADASTRO

3.1.1 Para a participação nesta licitação é necessário que a licitante atenda a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos, providencie o seu cadastro junto endereço **www.licitacoes.caixa.gov.br** no menu **CADASTRO**.

3.1.2 Preencher o formulário do **PRÉ-CADASTRO DE LICITANTE** diretamente no sistema acessando o endereço **www.licitacoes.caixa.gov.br** no menu **CADASTRO**.

3.1.3 Na sequência, o licitante deverá comparecer a uma Agência da **CAIXA** para finalizar o **CADASTRO** e realizar a Certificação de documentação.

3.2 CERTIFICAÇÃO DO LICITANTE

3.2.1 Para concluir o Cadastro e realizar a Certificação é necessário comparecer a uma Agência da **CAIXA** munido dos documentos originais abaixo ou cópia autenticada:

3.2.1.1. Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do Representante da Empresa, sendo aceito RG, CNH ou Passaporte; CPF; Comprovante de Endereço.

3.2.1.2. Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; sendo aceito RG; CNH ou Passaporte; CPF, Comprovante de Endereço e Procuração (quando for o caso).

3.2.2 A Certificação tem vigência de 01 (um) ano, devendo os licitantes, após esse prazo, comparecer a uma Agência **CAIXA** para renovar a Certificação, munido da documentação acima.

3.2.3 Quando houver alteração cadastral a Certificação é suspensa, devendo o licitante comparecer a uma Agência **CAIXA** para reativar a Certificação, munido da documentação acima.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

4 SENHA E ACESSO

4.1 SENHA

4.1.1 Finalizado o Cadastro e a Certificação na Agência, o sistema encaminhará ao licitante, através do e-mail: **cadastrodeusuario@caixa.gov.br**, mensagem informando “**Senha Bloqueada/Código de Validação**” para desbloqueio do Cadastro e geração de nova Senha.

4.2 ACESSO

4.2.1 Para acessar a **ÁREA LOGADA** o licitante deverá acionar o endereço eletrônico **www.licitacoes.caixa.gov.br** no link **ACESSO AO SISTEMA** e, posteriormente, na opção **SE VOCÊ É** licitante efetuar o login na opção **FAÇA SEU LOGIN AQUI**.

5 ÀREA RESTRITA DO LICITANTE

5.1 Validado o login, o **Comprador** terá acesso a **ÁREA RESTRITA DO LICITANTE**, ambiente que disponibiliza lista das atividades disponíveis.

5.2 No link **MEU CADASTRO** o licitante pode atualizar dados cadastrais. Caso seja alterado o **E-MAIL DE LOGIN**, o sistema **SUSPENDE A CERTIFICAÇÃO** e o licitante terá que comparecer a Agência da **CAIXA** para regularização.

6 CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é a sinalização da intenção do licitante de participar do **Pregão Eletrônico**, tem sua validade restrita, devendo o licitante se credenciar todas as vezes em que tiver interesse em participar de um **Pregão Eletrônico**.

6.2 **NA ÁREA DO LICITANTE**, acione o link **CREDENCIAR**, o sistema listará os Pregões que estão com prazos vigentes para credenciamento.

6.3 O licitante deve declarar que leu e tomou conhecimento das informações relativas ao **Pregão**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

6.4 O sistema disponibiliza campos não obrigatórios, que permite ao licitante, quando for o caso, declarar ser detentor dos direitos contidos na LC 123/2006 e Decreto Municipal 357/2011.

6.4.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA**, “**www.licitacoes.caixa.gov.br**”.

7 DOS QUESTIONAMENTOS

7.1 Os pedidos de esclarecimentos / questionamentos referentes a este Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, para o endereço eletrônico **www.licitacoes.caixa.gov.br**. Para registrar um questionamento efetue seu login. No link **ÁREA DO LICITANTE**, acione **QUESTIONAMENTO**.

7.2 Os pedidos de esclarecimentos / questionamentos, sobre este Edital, deverão ser encaminhados acionando o campo **CADASTRAMENTO DE QUESTIONAMENTO** até o prazo estabelecido no item anterior.

7.3 As respostas do Pregoeiro aos esclarecimentos / questionamentos ficarão arquivadas no processo licitatório.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, no endereço eletrônico **www.licitacoes.caixa.gov.br**.

7.5. A participação da licitante na presente licitação implica na sua concordância a todas as condições e termos estabelecidos neste Edital e anexos.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

8.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo o Pregoeiro encaminhá-las à autoridade competente, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas.

8.1.1. As impugnações aos termos do edital no prazo fixado no item anterior deverão ser apresentadas perante a **CAIXA** no endereço eletrônico



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

www.licitacoes.caixa.gov.br. Para registrar impugnação, faça login, no link **IMPUGNAÇÃO** preencha o formulário, anexe documento se for necessário e confirme em **ENVIAR IMPUGNAÇÃO**.

8.2. Caberá o Pregoeiro o recebimento das impugnações ao ato convocatório e seu encaminhamento a autoridade competente.

8.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.4. Todas as respostas do Pregoeiro às impugnações e recursos, porventura interpostos, estarão à disposição dos interessados para consulta aos arquivos do processo licitatório.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.

9.1. Para ter acesso a essa etapa do processo a licitante deverá obrigatoriamente, ter cumprido as etapas anteriores.

9.1.1. Nessa etapa serão visualizados os pregões eletrônicos que estão em fase de recebimento de propostas.

9.2. No endereço eletrônico **www.licitacoes.caixa.gov.br**, para enviar Proposta efetue seu login. No link **ÁREA DO LICITANTE**, acione **ENCAMINHAR/ALTERAR PROPOSTA**, selecione o item/lote do certame desejado, registre o **VALOR GLOBAL PROPOSTO**, anexe a Proposta e confirme.

9.2.1 Os valores eletrônicos da Proposta de Preços deverão ser digitados no campo disponibilizado pelo sistema e deverão ser iguais ao informado na Proposta Comercial (Anexo I do Termo de Referência).

9.2.2 A Proposta Comercial deve ser anexada em arquivo único, contendo todas as informações necessárias, com tamanho limitado a 8 Mb (megabytes).

9.2.3 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

9.2.4 Caso a substituição da proposta envolva alteração no preço ofertado, a Proposta de Preço deve ser novamente digitada, conforme subitem 9.2.1.

9.2 A Proposta Comercial deverá ser apresentada, conforme modelo oferecido pelo **Município de São Gonçalo** – Anexo III, em uma (01) única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, devendo ser observadas rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, contendo, ainda, os seguintes elementos:

a) Marca do Material (quando for o caso) ofertado e valor unitário e global, irrealizável, que constituirá a única e completa remuneração para a prestação do fornecimento do objeto desta licitação, onde já deverão estar computados, na composição do preço proposto, todos os custos necessários ao seu perfeito cumprimento, tais como impostos diretos e indiretos, taxas, transportes, frete, garantia e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação, devendo ser consideradas todas as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.

b) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar do dia da sessão de recebimento das propostas. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

c) A Licitante deverá anexar a Proposta Comercial a Planilha Detalhada de Composição de seus Custos e Formação de Preços.

9.2.1 Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos no preço proposto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.3 A Proposta de Preço, com o **preço GLOBAL**, (valor a ser digitado após anexação da Proposta Comercial – Anexo III do Edital) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, devendo ser preenchidos todos os campos do formulário disponibilizado, observadas as orientações contidas no mencionado endereço.

9.4 . (A LICITANTE DEVE INSERIR NA SUA PROPOSTA UMA DAS DECLARAÇÕES A SEGUIR, CONFORME A SUA SITUAÇÃO)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

9.4.1 .Que se enquadra na condição de **ME/EPP**, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e Lei Municipal 357/2011, e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, para fins do exercício dos benefícios previstos na mencionada lei,

OU

9.4.2. Que **NÃO** se enquadra na condição de **ME/EPP**, nos termos da LC 123/2006 e Lei Municipal nº 357/2011.

9.5 . No caso de propostas com valores iguais, para efeito de classificação, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar observando também os termos da Lei Complementar 123/2006 (§§ 1º e 2º do Art. 44) e Lei Municipal nº 357/2011.

10. DO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiros e firmes a sua proposta e seus lances, consoante artigo 32, do Decreto Municipal nº 142/2004.

10.1.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

10.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.2. Se o sistema do pregão eletrônico **DO PORTAL LICITAÇÕES CAIXA** ficar inacessível por problemas operacionais da própria, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail aos participantes, e no próprio endereço eletrônico onde ocorria a sessão pública.

10.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

sua desconexão, inclusive no que tange o subitem anterior.

10.4. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro sua atuação no certame, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados, salvo se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, quando então a sessão do pregão será suspensa e será reiniciada somente após comunicação via e-mail aos participantes.

11. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 Para fins de habilitação ao certame, as licitantes deverão ter feito o seu **CADASTRAMENTO na CAIXA, conforme item 3 - CADASTRO E CERTIFICAÇÃO** do Licitante deste Edital, além de satisfazer os requisitos relativos à regularidade fiscal e trabalhista e apresentar, ainda, os seguintes documentos:

11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Obs.: Para as empresas sediadas no Município de São Gonçalo deverá apresentar Certidão de Situação Fiscal junto ao Município de São Gonçalo.

f) Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Inscrito no Município de São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

Gonçalo ou as suas respectivas Certidões Negativas de Débito, referentes aos Tributos e Taxas Municipais, que deverão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Fazenda de São Gonçalo.

f.1) No caso excepcional, para as empresas não sediadas no Município de São Gonçalo, o licitante poderá declarar sob as penas do Artigo 86 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e demais dispositivos legais do Código Penal, que não é inscrito e/ou não possui débito para com a Fazenda do Município de São Gonçalo, conforme modelo do Anexo XIII.

g) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943”. (Lei Federal n.º 12.440/2011).

i) Os documentos relacionados nas letras c, d, e, f, g e h deverão ter validade na data de recebimento das propostas e abertura da Sessão Pública.

j) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato. **Entretanto, ditas empresas por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;**

k) Em observância a alínea “i”, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

l) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

11.3. Qualificação Econômica Financeira:

11.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura, no caso de empresa recém - estabelecida, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e Propostas das Licitantes.

11.3.1.1. Demonstração contábil da situação financeira da empresa, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{(AC + ARLP)}{(PC + PELP)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.3.1.2. A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da empresa, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento da Licitação, o seu descumprimento não inabilitará a licitante.

11.3.1.3. Serão inabilitadas as licitantes cujos demonstrativos não atenderem às seguintes condições:

Índice de Liquidez Geral (LG) > = 1,00

Índice de Liquidez Corrente (LC) > = 1,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

11.3.2 Comprovação de ser dotada de patrimônio líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrado no órgão competente, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no Artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.3.3. Certidão negativa de pedidos de falência e recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa, com antecedência máxima de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para o recebimento das propostas e abertura da sessão pública de lances.

11.3.3.1. Para a Licitante sediada na Cidade de São Gonçalo, esta prova será feita mediante apresentação de Certidões passadas pelo Cartório de Ofícios de Registro de Distribuição.

11.3.3.2. A Licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou recuperação judicial.

11.3.3.3. Para a Licitante sediada em outra Comarca ou Estado, onde já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

11.3.3.4. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

11.4. Qualificação técnica:

11.4.1. Necessária a apresentação por parte da empresa licitante (pessoa jurídica) comprovação para desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto da licitação, através de pelo menos duas certidões ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. As certidões ou atestados de Capacidade Técnica deverão ser emitidas em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefone, com identificação do nome e cargo do signatário.

11.4.2. A empresa licitante deverá ter em seu efetivo um responsável técnico, graduado em engenharia e/ou arquitetura com extensão na área ambiental e/ou sanitária. A apresentação de ART do responsável por serviços similares é obrigatória.

11.4.2.1. A comprovação do vínculo com o responsável técnico poderá ser realizada via Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, por Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum, ou por outro instrumento com o mesmo valor probatório, firmado legitimamente.

11.4.3. A licitante deverá comprovar serviços com varrição em área pública de no mínimo 20Km de ruas.

11.5. Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social** e alterações em vigor, aceitando-se a consolidação dos atos como único documento, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

11.6. Quando a **LICITANTE** optar pelo enquadramento a LC 123/2006 e Lei Municipal nº 357/2011, a mesma deverá apresentar:

a) Declaração que se **enquadra** na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e Lei Municipal 357/2011, e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo.

b) Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 3º da Instrução Normativa nº 36 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 03/03/2017, que se **enquadra** como **ME/EPP**, nos termos da LC 123/2006 e Lei Municipal nº 357/2011.

11.7. As declarações, anexo deste Edital, a documentação a que se refere o subitem 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5 bem como a Proposta Comercial (Anexo III) devidamente readequada em função do seu menor lance, deverão ser encaminhadas por e-mail, após



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

o encerramento dos lances, no prazo de 01 (uma) hora a contar da solicitação via e-mail enviada pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação (e-mail: **csallesrjpmmsg@gmail.com**).

11.8. Para certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir de suas emissões devendo estar válidas na data da sessão pública do pregão eletrônico.

11.9. Os documentos e anexos exigidos neste Edital que forem remetidos via e-mail (**csallesrjpmmsg@gmail.com**), deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, consoante o inciso XXIV, do artigo 22, do Decreto Municipal n.º 142/2004, e deverão estar na **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo critério da Administração, contados da declaração da licitante vencedora do certame, preferencialmente, em envelope lacrado, identificado, em sua parte externa, da seguinte forma:

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
RUA FELICIANO SODRÉ Nº 100 – CENTRO – SÃO GONÇALO – RJ
CEP: 24440-440
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL), ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL

12. DA CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. As licitantes cujas propostas forem classificadas poderão participar da disputa de lances no pregão eletrônico, sendo vencedora (s) aquela (s) que oferecer (em) o menor preço global e observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das **ME/EPP**, para efeito de classificação.

12.2. As licitantes cujas propostas estiverem em desacordo com este Edital e seus anexos e que possam estar prejudicando um julgamento objetivo, serão comunicadas da sua desclassificação, ficando desta forma impedidas de participar da sessão de lances.

12.3. A desclassificação das propostas será fundamentada pelo Pregoeiro e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

12.5. No caso de Propostas com valores iguais, **NÃO OCORRENDO LANCES**, e após observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das **ME/EPP**, para efeito de classificação, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar no **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA – Sistema de Compras Eletrônicas da Caixa Econômica Federal**, “www.licitacoes.caixa.gov.br”.

12.5.1. Caso o menor lance seja ofertado por uma **ME/EPP**, o Pregoeiro abrirá a etapa de negociação em conformidade com o subitem 14.1 deste Edital.

13. DA FASE DE LANCES

13.1. No endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital será iniciada a fase de lances no **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA**, com a divulgação das propostas classificadas.

13.2. Na página **ÁREA DO LICITANTE**, ao ser acionado a opção de **EFETUAR LANCE**, o sistema disponibiliza lista dos certames cujos itens/lotos estão disponíveis para o licitante ofertar seus lances.

13.3. O sistema disponibiliza na **ABA TODOS** as informações do itens/lotos do certame. Nesta tela é possível ofertar o lance no campo **MEU PRÓXIMO LANCE**, é obrigatório digitar o **CÓDIGO DE CONFIRMAÇÃO** e confirme no botão **ENVIAR LANCE**.

13.4. Para visualizar a **SALA DE DISPUTA** relativa a um único item/lote, selecione a **ABA** referente ao item desejado.

13.5. Para ofertar o lance, registre o valor no campo **VALOR DO NOVO LANCE** e **DIGITE O CÓDIGO DE CONFIRMAÇÃO**, confirme no botão **ENVIAR LANCE**.

13.6. Durante a fase de lances o sistema disponibiliza a funcionalidade “**chat**”, que quando habilitada pelo Pregoeiro, permite durante a Sessão de lances, a comunicação entre o Comprador e Licitante.

13.7. Acionado o botão **SALVAR HISTÓRICO DOS LANCES**, o sistema permite salvar o histórico.

13.8. Na fase final de julgamento, somente serão considerados lances ofertados, iguais ou inferiores ao valor máximo admitido, conforme valores constantes no Anexo IV, orçamento estimado. Caso os valores vencedores sejam superiores ao máximo admitido, mesmo após a fase de negociação, a oferta será automaticamente rejeitada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

13.9. Assim que o lance for confirmado com sucesso, será apresentado o Número do Registro (que também será enviado no e-mail de confirmação do lance) e servirá como comprovante de que o lance foi registrado, devendo ser utilizado em eventuais recursos e/ou questionamentos.

13.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 23.1 deste Edital.

13.11. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

13.12. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado e registrado pelo sistema.

13.13. No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

13.15. Os itens/lote que estiverem na cor vermelha estarão em horário randômico.

13.16. A etapa de lances será composta de um período fixo pré-determinado, acrescido de um período aleatório (randômico), definido pelo sistema, de até 30 (trinta) minutos.

13.16.1. O período aleatório objetiva tão somente disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seus últimos lances, não se configurando esse período em reabertura da etapa competitiva de lances.

13.17. Para exercer direito de preferência digite o **NOVO VALOR GLOBAL** e confirme no botão **NOVO VALOR PROPOSTO**.

13.18. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma ME/EPP e se houver proposta apresentada por **ME/EPP** igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

13.19. Será oportunizado o exercício do direito de preferência à ME/EPP, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como **ME/EPP**.

13.19.1. O novo valor proposto pela **ME/EPP** deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão do direito de preferência, conforme Art.45: § 3º da LC nº 123 e Lei Municipal nº 357/2011.

13.19.2. A convocação dar-se-á na própria plataforma de execução do pregão, por meio do mecanismo de prorrogação dos lances, sendo permitido apenas à **ME/EPP**, apta a exercer o direito de preferência, ofertar nova proposta, de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como **ME/EPP**.

13.19.3. O lance ofertado por empresa que não esteja no uso da prerrogativa do direito de preferência, será excluído pelo pregoeiro.

13.19.4. Havendo o exercício de preferência pela **ME/EPP**, o Pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o subitem 14.1, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

13.19.5. Caso a **ME/EPP** não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as **ME/EPP** remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% estabelecido no subitem 13.18 obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.

13.19.6. Se houver equivalência de valores apresentados por **ME/EPP**, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertado pela empresa não enquadrada como **ME/EPP**, será realizado sorteio em hora marcada, após comunicação aos licitantes, para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.

13.19.7. Na hipótese de nenhuma **ME/EPP** exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como **ME/EPP** que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

13.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema divulgará o nome das licitantes cujo lance proposto foi o **menor preço global**.

14. FASE DE NEGOCIAÇÃO

14.1. Neste momento, o Pregoeiro negociará diretamente com a licitante classificada em primeiro lugar, podendo, ainda, fazer contraproposta, objetivando obter preço menor, devendo a licitante responder imediatamente através do canal de negociação disponibilizado (**online**) no sitio do **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA**, acessando o link **NEGOCIAÇÃO**, acione o botão **RESPONDER**, os campos **VALOR PROPOSTO E RESPOSTA** são obrigatórios, finalize acionando o botão **ENVIAR PROPOSTA**.

14.2. Caso as licitantes classificadas não apresentem lances, será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço global e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente visando obter preço melhor, observado todas as exigências estabelecidas anteriormente para o tratamento diferenciado das **ME/EPP**.

15. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrada esta etapa de negociação a licitante deverá encaminhar a Proposta Comercial – Anexo III assinada e com os respectivos valores readequados ao preço do seu menor lance, juntamente com a documentação de habilitação, que lhe couber.

15.2. No prazo agendado, após efetuado login, ao acionar o link **ENCAMINHAR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA AJUSTADA**, escolha o item/lote correspondente ao certame.

15.3. Informe os **DETALHES DO ENVIO**, anexe os documentos e finalize acionando o botão **ENVIAR**.

15.4. Não será (ao) habilitada (s) a(s) licitante (s) que deixar (em) de apresentar a documentação solicitada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

15.5. Constatado o atendimento pleno pela licitante das exigências de habilitação previstas neste Edital, esta será declarada vencedora deste certame no produto ofertado, iniciando-se, por conseguinte, o prazo recursal na forma do artigo 22, incisos XVI, XIX ao XXIII, do Decreto Municipal n.º 142/2004.

15.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

15.7. Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor preço global não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando-se o direito de preferência estabelecido para as **ME/EPP**, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação caso não haja interposição de recurso.

16. DA INTENÇÃO, INCLUSÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

16.1. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, aplicando-se as regras dos incisos XIX a XXIII, do artigo 22, do Decreto Municipal n.º 142/2004.

16.2. Após a divulgação da licitante vencedora do pregão eletrônico, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

16.3. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes asseguradas vistas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

imediatas dos autos.

16.4. No prazo agendado, após efetuado login, ao acionar o link **INTENÇÃO DE RECURSO**, escolha o item/lote correspondente ao certame.

16.4. Registre a **DESCRIÇÃO DA INTENÇÃO DE RECURSO**, anexe documento se necessário e confirme no botão **ENVIAR**.

16.5. No prazo agendado, após efetuado login, ao acionar o link **RECURSO**, escolha o item/lote correspondente ao certame.

16.6. Registre a **DESCRIÇÃO DO RECURSO**, anexe documento se necessário e confirme no botão **ENVIAR**.

16.7. No prazo agendado, após efetuado login, ao acionar o link **CONTRARRAZÃO**, escolha o item/lote correspondente ao certame.

16.8. Acione o botão **INSERIR CONTRARRAZÕES**, registre a **DESCRIÇÃO DA CONTRARRAZÃO**, anexe documento se necessário e confirme no botão **ENVIAR**.

16.9. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.

16.10. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

16.11. O deferimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.12. Decididos os recursos e constatadas a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do Decreto Municipal nº. 142/2004 e artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1.1. A empresa vencedora deverá seguir estritamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A despesa decorrente desta Licitação, no valor máximo estimado para o período de 12 (doze) meses é de **R\$ 10.642.564,57 (dez milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme Orçamento Estimado em Planilhas de Quantitativos e Preços Unitários (Anexo IV), **correrá à conta do Programa de Trabalho nº 2059.15.452.2083.2203, Natureza de Despesa 3.3.90.39.00 e Fonte de Recurso 00.**

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O **Município de São Gonçalo** pagará à Licitante que vier a ser contratada, a importância que vier a ser pactuada, conforme a comprovação dos serviços efetivamente realizados e em conformidade com o item 11 – Medição dos Serviços e item 14 – Valores contidos no Termo de Referência, parte integrante deste.

19.2. A cobrança dos serviços realizados deverá ser feita pela Licitante que vier a ser contratada, realizando pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

19.2.1 Nota Fiscal/Fatura atestada (duas vias);

19.2.2 Cópia do Termo de Contrato;

19.2.3 Cópia de Termos Aditivos se houver;

19.2.4 Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;

19.2.5 Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e de débitos relativos a Créditos Tributário, os Federais e a Dívida Ativa da União;

19.3 O pagamento da (s) nota (s) fiscal(s)/fatura(s) dos serviços realizados, devidos à **CONTRATADA** serão efetuados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** e não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela e sendo apresentada a fatura no protocolo geral.

19.3.1 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por 02 (dois) servidores, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Urbano, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada.

19.4 Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

19.4.1 Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

19.4.1.1 Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

19.4.1.2 Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

19.4.2 Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

19.5 A nota fiscal/fatura relativa à cobrança consignará valores em reais e discriminará a especificação dos serviços realizados, nome do banco, agência e número da conta-corrente da titularidade da Contratada para serem creditados e deverá ser emitida em duas vias, em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ n.º 28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa e terá que apresentá-la à unidade solicitante, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento tantos quantos forem os dias de atraso de envio.

19.6 Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços realizados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

19.7 Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, o **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

19.8 Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 19.3, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

19.9 A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta-corrente bancária.

19.10 A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por **ser completamente vedado por Lei** e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

19.11 A Licitante, quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, em decorrência da negociação, por parte da Licitante, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar a em perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

20. DA GARANTIA

20.1 A contratada assumirá plena responsabilidade pelos equipamentos e serviços realizados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentarem em condições de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

20.2. A Contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada **no ato de sua assinatura**, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a Contratada escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

20.3. Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da Contratada, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.

20.4. A garantia contratual prestada pela Contratada somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da empresa.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso administrativo.

21.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso administrativo, pela própria autoridade competente.

21.3. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a prestação do serviço com vistas à verificação da aceitabilidade dos equipamentos e realização dos serviços ofertados, antes da homologação do certame.

22. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

22.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de anulação ou revogação da licitação, na forma do artigo 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal n.º 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e demais cominações legais, na forma do artigo 25, do Decreto Municipal n.º 142/2004.

23.2. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) **Advertência escrita;**

b) **Multa;**

c) **Suspensão temporária;**

d) **Declaração de inidoneidade.**

23.3. Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

23.4. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

23.4.1 O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**, desde que designado, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

23.4.2 A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

23.4.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

23.4.2.2. Por inexecução total ou parcial.

23.4.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

23.4.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

23.5. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

23.5.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

23.5.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

23.5.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

23.5.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

23.5.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

23.5.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no **item 23.5.4** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

23.5.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública** direta ou indireta.

23.5.8. Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, **atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos**.

23.5.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** do órgão integrante da Administração Pública Direta.

23.6. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

23.7. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

23.7.1 O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria da Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicada.

24. DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

24.1. Os serviços deverão ser prestados no Município de São Gonçalo, com base nas condições presentes no Termo de Referência, inclusive no que tange ao local de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

destinação final dos resíduos e quanto à necessidade de atendimento ao item 8 do Termo de Referência - **EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES**;

24.2. A prestação dos serviços terá início, a partir da data de ordem de início, com indicação dos fiscais da **SEMDUR**.

24.3. O prazo total para execução objeto da presente licitação é de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Início. Quanto à duração, será observado o que dispõe no inciso II do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93, onde os contratos de prestação de serviços prestados de forma contínua poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos limitada a sessenta meses.

24.4. A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas, em especial, as despesas referentes a carga, transporte e descarga do objeto deste Edital.

24.5. A Contratada deverá providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para a Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem necessárias ao cumprimento dos serviços objeto deste Edital.

24.6. A Contratada deverá executar o objeto deste Edital com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a execução dessa natureza.

24.7. A Contratada deverá acatar as determinações da fiscalização da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano** no sentido de substituir, de imediato, os equipamentos e serviços que não se apresente em condição de uso necessário.

24.8. A Contratada deverá arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer do serviço objeto deste Edital, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**.

24.9. A Contratada deverá empregar quando da execução, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, designando um responsável que a representará em suas relações com a fiscalização da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**.

24.10. A Contratada deverá apresentar a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Urbano, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS, FGTS e os comprovantes da regularidade de suas obrigações trabalhistas para com os empregados diretamente relacionados com a prestação do serviço contratado, mediante cópia autenticada.

25 – DA FISCALIZAÇÃO (CONTROLE DE EXECUÇÃO)

25.1. O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, desde que designados, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos equipamentos e serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93 e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.1.1. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

25.2. A **Contratada** se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

25.3. A existência e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **Contratada** no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei n.º 8.666/93.

25.4. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação aos equipamentos e à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas, bem como a obrigatoriedade de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

fiscalizar quanto ao adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela contratada em decorrência da execução do contrato.

25.5. A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação nesta licitação tais como a elaboração e encaminhamento de suas propostas e dos documentos exigidos neste Edital.

26.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

26.3. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

26.4. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**.

26.5. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.

26.6. Caso haja alguma retificação do Edital, a mesma será disponibilizada no endereço eletrônico **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA**, "www.licitacoes.caixa.gov.br", permanecendo válidos o credenciamento e as propostas já enviadas, caso a retificação do Edital não lhes altere o conteúdo.

26.7. Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento das licitantes.

26.8. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no endereço eletrônico **PORTAL LICITAÇÕES CAIXA**, "www.licitacoes.caixa.gov.br".

26.9. Em qualquer fase do procedimento licitatório, o **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** se reserva o direito de solicitar às licitantes esclarecimentos eventualmente necessários a um perfeito juízo e entendimento dos documentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

apresentados.

26.10. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, se for o caso, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27. DO FORO

27.1. Fica eleito o foro do Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente licitação que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes.

São Gonçalo, 02 de agosto de 2018.

Fernando José da Fonseca Moreira
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Matrícula nº. 118.444
Ordenador de Despesa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO.

JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO QUE O CONTRATO Nº 015/2017, ORA VIGENTE PARA OS SERVIÇOS OBJETOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA EXPIRA EM 15/08/2018, E SE TRATANDO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E DE PROFUNDA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E BEM ESTAR DA POPULAÇÃO, COM INIBIÇÃO DE PROLIFERAÇÃO DE VETORES, SUA INTERRUPÇÃO SERIA DANOSA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ASSIM SOLICITAMOS A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO.

1. DEFINIÇÕES BÁSICAS

Para efeito deste Termo de Referência, foram adotadas as seguintes definições:

1.1. VARRIÇÃO DE RUAS E AVENIDAS: O serviço de varrição manual das guias e logradouros trata-se do acondicionamento de resíduos sólidos dispersos em uma faixa de largura variável (estimada), entre 0,50 m (meio metro) e 5,0m (cinco metros) de cada lado da rua ou avenida, incluindo raspagem da terra acumulada na sarjeta e remoção de mato das sarjetas nos locais. Os serviços de varrição deverão sempre ser executados dos dois lados das vias e logradouros públicos. Fica a responsabilidade do transporte dos resíduos decorrente do serviço de varrição a cargo da contratada.

1.2. PINTURA DE MEIO FIO (CAIAÇÃO): O serviço consiste na aplicação de uma demão contínua à base de cal mistura com fixador (caiação), nos meios fios dos passeios e canteiros centrais e logradouros públicos em locais já estabelecidos. Para a execução do serviço a contratada deverá realizar a limpeza do meio fio acrescido da varrição, remoção de mato e raspagem da argila a uma distância mínima de 40 cm dos meios fios localizado na ordem de serviço, procedimento obrigatório para não sujar a pintura. Os serviços de pintura deverão ser executados com rigoroso esmero, tal serviço deve ser feito por equipe exclusiva de profissionais treinados.

1.3. SETOR DE COLETA: É a área delimitada onde se realiza a coleta numa determinada frequência, num determinado período (diurno ou noturno), através de um único veículo coletor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

1.4. ITINERÁRIO OU ROTEIRO DE COLETA: É o trajeto efetuado pelo veículo coletor de lixo dentro da área do setor.

1.5. TRANSPORTE: É a transferência física dos resíduos sólidos coletados até uma unidade de tratamento ou disposição final, mediante o uso de veículos apropriados para tal.

1.6. MEIO-FIO OU GUIA: É a peça de granito ou de concreto pré-moldado destinado a separar a faixa da pavimentação da faixa do passeio, limitando a sarjeta longitudinalmente.

1.7. SARJETA OU LINHA D'ÁGUA: É o canal longitudinal destinado a coletar e conduzir as águas superficiais da faixa pavimentada da via pública à boca de lobo ou demais estruturas de captação.

1.8. LOCAL DESTINAÇÃO FINAL: A unidade de destinação final definido para resíduos domiciliares, entulho, poda e volumosos no município de São Gonçalo localiza-se na Estrada do Anaia, s/n – Anaia Pequeno – São Gonçalo/RJ. Onde todos os veículos, devidamente cadastrados, são pesados e, a partir daí são dirigidos ao local para descarga dos resíduos. Após realização da descarga os veículos passam novamente pela balança para apuração da tara, onde recebem um ticket detalhado da descarga realizada, onde constam informações como transportador, placa do veículo, horário de descarga, peso líquido, tipo de material, etc.

1.9. PARÂMETROS UTILIZADOS NA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS MENSAIS ESTIMADOS

Atualmente, no Município de São Gonçalo, os resíduos sólidos coletados e destinados no Aterro Sanitário, são classificados da seguinte forma:

- **Resíduos sólidos domiciliares;**
- **Resíduos sólidos oriundos dos estabelecimentos de saúde;**
- **Lixo Público (entulhos, podas de árvores e materiais volumosos);**

2. DEFINIÇÃO DA ÁREA

2.1. A área dos serviços abrangidos por este Edital engloba o Município de São Gonçalo/RJ, limitando-se com os Municípios de Niterói/RJ, Itaboraí/RJ, Maricá/RJ e a Baía de Guanabara, conforme vias listadas neste Projeto Básico.

3. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

3.1. Os serviços de varrição, capina, roçagem, remoção de mato em sarjetas e meio fios e raspagem a serem realizados deverão ser executados em conformidade com a Proposta de Metodologia apresentada pela Licitante vencedora, a qual deverá observar e aplicar todas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste Anexo.

3.2. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do Contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços ao Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

3.3. O objeto licitado compreende a execução dos serviços relacionados a seguir:

3.3.1. Varrição manual de vias e logradouros públicos; capina e remoção de mato das sarjetas e calçadas

3.3.2. Pintura de Meio Fio (Caiacão);

3.3.3. Roçagem mecanizada;

3.3.4. Limpeza de praças e de canteiros centrais de avenidas.

3.3.5. Fornecimento de mão de obra para serviços de atendimentos diversos, trabalhos braçais e outros serviços correlatos complementares de limpeza urbana.

3.3.6. Coleta e transporte ao destino final dos resíduos gerados pelos serviços de atendimentos diversos, trabalhos braçais e outros serviços correlatos complementares de limpeza urbana.

3.3.7. Limpeza e lavagem das feiras livres com utilização de caminhão tanque equipado com motobomba e desinfetante.

4. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para fins da presente licitação os serviços são assim discriminados:

4.1. VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

4.1.1. Os serviços de varrição das praças públicas, vias e logradouros públicos consistem na operação manual da varrição da superfície dos passeios, sarjetas e canteiros centrais, capina, esvaziamento dos cestos de lixo (lixeiras e papeleiras) e acondicionamento dos resíduos em sacos plásticos apropriados, na cor amarela, e a disposição dos mesmos para posterior coleta por parte das equipes responsáveis.

4.1.2. Os serviços serão executados nas praças, ao longo das vias e logradouros indicados no ANEXO I (RELAÇÃO DE VIAS E PRAÇAS COM VARRIÇÃO MANUAL), devidamente separados por frequências de realização, turnos e número de passadas (repasse).

4.1.3. A equipe para a operação da varrição manual deverá ser composta por garis varredores utilizando-se de carrinho para varrição de ruas, com capacidade para 240 litros, vassourão, vassourinha, pá e sacos plásticos de filme nº10, os quais serão dispostos nos passeios ou locais apropriados para a sua posterior coleta e remoção pelas equipes responsáveis. A equipe da varrição mecanizada, se houver, deverá ser composta de operadores e bandeirinhas para sinalização. Os sacos depositados na via pública pelas equipes de varrição, bem como outros atirados nas calçadas ao lado destes sacos, serão recolhidos **duas** vezes por dia, no mínimo.

4.1.4. Para efeito de dimensionamento de mão de obra de varrição manual, a **CONTRATADA** deverá prever uma produtividade máxima diária de 1,25 Km de eixo varrido por gari, ou 2,50 Km de eixo varrido por dupla de varrição, já incluídos os repasses, além de 1 encarregado de turma para cada grupo de 20 (vinte) garis varredores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

4.1.5. Para os serviços de varrição das praças a **CONTRATADA** terá zeladores comunitários, ou seja, utilizará de preferência funcionários residentes nas proximidades das praças, que executará serviços de varrição, capina e manutenção dos canteiros quando houver, inclusive com regagem de plantas.

4.1.6. Não poderão ser deslocadas as equipes de varrição para realização de outros serviços, salvo em situações absolutamente indispensáveis, para o atendimento em casos eventuais e/ou emergenciais, devidamente justificadas, ou sob solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

4.1.7. Poderão haver dois turnos de trabalho, sendo os horários de trabalho para cada turno definidos como:

4.1.7.1. DIURNO: O início da varrição deverá ser no horário compreendido entre 6:00h e 7:00h, e o término, no máximo, até 17:00h;

4.1.7.2. NOTURNO: O início da varrição deverá ser no horário compreendido entre 18:00h e 19:00h, e o término, no máximo, até 05:00h.

4.1.7.3. SÁBADO: A Varrição será executada somente no período diurno, exceção na limpeza de feiras livres.

4.1.7.4. DOMINGO: A varrição será executada nas feiras livres.

4.1.8. A **CONTRATADA**, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela **CONTRATANTE**, deverá estar apta a atender situações eventuais de trabalho, quando deverá proceder a limpeza das vias e logradouros públicos nos locais da realização de eventos esportivos, culturais, artísticos e religiosos, antes e logo após o término dos mesmos, de forma a restaurar suas condições de limpeza, inclusive aos domingos.

4.1.9. Os funcionários necessários à cobertura de férias, faltas e outros afastamentos de integrantes da equipe, deverão ser dimensionados e considerados em sua composição de custo.

4.1.10. No decorrer do período contratual, caso seja verificada a necessidade de alteração da relação das vias e logradouros a ser varrida por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá estar apta a adequar seu Plano de Trabalho para o pleno atendimento, desde que seja respeitada a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

4.1.11. Quando da autorização do aumento da extensão de vias a ser varrida, a **CONTRATADA** deverá informar a nova divisão setorial, bem como o novo quadro de pessoal para a execução dos serviços.

4.1.12. Nas praças públicas, os serviços de varrição irão abranger toda área da praça, bem como seu entorno,

4.1.13. A **CONTRATADA** deverá fornecer e instalar no decorrer do contrato, conforme cronograma a ser definido pela **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, 1.200 (hum mil e duzentos) cestos de lixo (papeleiras) de cor laranja, com fita de aço ($\frac{3}{4}$ "x 0,5mm) e fecho para cinta de aço de $\frac{3}{4}$ " dentada, com capacidade nominal de 50 (cinquenta) litros, conforme Norma DIN 30713, e devidamente identificados com programação visual a ser definida pela **CONTRATANTE**.

4.1.14. A quantidade de papeleiras a serem instaladas foi dimensionada com base no seguinte critério:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

- Reposição de papeleiras danificadas
- Instalação de novas papeleiras em locais a serem indicados pela CONTRATANTE
- Quantitativo de papeleiras a serem instaladas: 1200 unidades na cor laranja

4.1.14.1. A programação de fornecimento e instalação das papeleiras deverá atender ao cronograma abaixo detalhado:

a) A instalação será de 100 unidades por mês, totalizando ao final da execução contratual 1.200 unidades.

4.1.14.2. Ficará a critério da **CONTRATANTE** a alteração da programação de fornecimento e instalação de papeleiras acima definidas.

4.1.15. O esvaziamento das papeleiras de lixo deverá ser realizado pelos garis varredores, concomitantemente aos trabalhos de varrição nos respectivos turnos. O produto do esvaziamento das papeleiras deverá ser acondicionado juntamente com o produto da varrição.

4.1.16. A manutenção das papeleiras deverá ser feita rotineiramente e compreende a sua limpeza externa e interna e verificação da conservação da haste do suporte e de sua fixação e o adesivo.

4.1.17. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** quando houver a necessidade de reparo ou substituição das papeleiras instaladas nas vias públicas.

4.1.18. O fornecimento, esvaziamento e instalação dos sacos no interior das papeleiras (inclusive naquelas já instaladas) serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá incluir seus custos no valor global dos serviços de varrição. É **obrigatória** a colocação de sacos plásticos no interior das papeleiras.

4.1.19. Ao final do Contrato, todos os cestos de lixo (papeleiras) deverão estar em condições de uso e passarão a ser de propriedade do Município de São Gonçalo.

4.1.20. Os garis varredores deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e munidos de todos os equipamentos, inclusive **EPI'S**, todos custeados pela empresa a ser contratada.

4.1.21. Os uniformes deverão ser de cor laranja e com alta visibilidade, segundo a NBR n° 15.292, e neles deverão constar o nome da **CONTRATADA** e a descrição "**A SERVIÇO DA PMSG**".

5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA URBANA

5.1. Os serviços complementares compreendem uma série de ações relacionadas aos serviços de limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, tais como pintura manual de guias (meios-fios), limpeza de bueiros, raspagem, capina, roçada, limpeza de eventos e mutirões de limpeza em locais de eventos públicos, todos realizados com equipe específica, conforme definido no item 5.5.

5.2. A pintura dos meios-fios deverá ser executada através da aplicação de solução de cal e água, em 01 (uma) demão, em concentração de 01 (um) kg de cal hidratada para cada 1,5 (um vírgula cinco) litros d'água,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

que será fornecido em quantidade suficiente capaz de atender a necessidade deste Município pela empresa a ser contratada. Este serviço será realizado no período noturno nas ruas e avenidas listadas neste termo.

5.3. A distribuição das equipes, bem como os serviços a serem executados, ficará a cargo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, a qual repassará semanalmente à **CONTRATADA** as áreas de atuação.

5.4. Não poderão ser deslocadas as equipes de serviços complementares de limpeza urbana para realização de outros serviços, salvo em situações absolutamente indispensáveis para o atendimento em casos eventuais e/ou emergenciais, devidamente justificadas, sob solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

5.5. A **CONTRATADA** disponibilizará cinco equipes compostas de 8 garis, 1 pintor, um roçador com os devidos equipamentos, tela de proteção e ferramentas necessárias, e um encarregado que atuará nos bairros, fora das rotas estipuladas, conforme programação fornecida pela **CONTRATANTE**. Os serviços a serem executados são de roçagem, varrição, raspagem, capina e pintura de meio fios. Estas equipes terão um preço definido por horas efetivas de trabalho e somente serão apropriadas na medição se estiverem completas. No preço da equipe também estará incluso o transporte dos funcionários, o recolhimento e descarte do material oriundo da limpeza, bem como todos os demais itens exigidos pela legislação em vigor

5.6. A **CONTRATADA** disponibilizará também, outras seis equipes compostas de um roçador com os equipamentos e ferramentas necessárias, inclusive rede de proteção, um bandeirinha e dois garis para executar trabalhos de roçagem em locais previamente determinados pela **CONTRATANTE**. No preço da equipe também estará incluso o transporte dos funcionários, o recolhimento e descarte do material oriundo da limpeza, bem como todos os demais itens exigidos pela legislação em vigor

5.7. Os serviços serão realizados de segunda-feira a sexta feira no turno diurno.

5.8. Aos sábados, além da limpeza de feira livre, ocorrerão serviços de varrição no período da manhã, de 8:00h às 12:00h, nas ruas indicadas na tabela de memória de cálculo (anexo II).

5.9. Em casos excepcionais, desde que devidamente autorizado pela fiscalização da **CONTRATANTE**, o horário previsto para a execução dos serviços poderá ser alterado.

TABELA 1: RELAÇÃO MÍNIMA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Serviço	Veículo / Equipamento	Quantidade operacional mínima	Reserva técnica mínima	Ano mínimo de fabricação
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Papeleira em PEAD, com capacidade de 50l, na cor laranja	1200		Novas
	Carrinho de varrição 240l	100		Novos
	Retroescavadeira / carregadeira, 4x4, motor diesel em torno de 92CV, cap de caçamba 1,00m³, com operador	1		dez anos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Serviços complementares de limpeza urbana	Roçadeira costal com potência mínima de 1,7kW	11	1	Novas
	Caminhão basculante, no toco, capacidade de 7,00m³	4	-	oito anos

Notas técnicas:

5.9.1. Os caminhões poderão possuir cabine dupla para transporte de funcionários. Esta opção permite à empresa uma melhor logística de distribuição de seu pessoal.

5.9.2. A retroescavadeira é um equipamento de grande versatilidade e fundamental para realizar e agilizar serviços complementares com segurança. Com este equipamento é possível acessar ruas e vielas estreitas onde os caminhões não acessam. Este equipamento é necessário para carregamento de lixo composto de varrição, capina e roçagem, materiais que não são ensacados. Outro serviço importante é a raspagem de terra acumulada junto aos meios fios das ruas e avenidas. Este material é trazido pelos veículos que trafegam por logradouros sem asfalto.

5.9.3. As roçadeiras são necessárias para roçar o mato que cresce em logradouros diversos mantendo desta forma a vegetação aparada permitindo maior difusão da iluminação pública, e também oferecendo melhor segurança à população.

5.10. Os resíduos provenientes dos serviços realizados pelas equipes deverão ter recolhimento por Parte das equipes responsáveis, as quais os transportarão até a unidade de destinação final.

5.11. Os resíduos oriundos dos trabalhos realizados pelas equipes deverão ter recolhimento, de no mínimo, duas vezes por dia, não sendo permitido o acúmulo para o dia posterior.

5.12. Todos os funcionários deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e munidos de todos os equipamentos, inclusive EPI's que será custeado pela empresa a ser contratada.

6. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

6.1. Os veículos automotores com os equipamentos adequados e necessários a cada tipo de serviço deverão ser dimensionados de forma a serem suficientes, em quantidade e qualidade, para atender, de maneira adequada, a prestação de serviços propostos.

6.2. A tabela acima apresenta a quantidade **mínima obrigatória** de veículos e equipamentos necessários à realização dos serviços.

6.3. Os veículos automotores, bem como os equipamentos definidos na tabela acima, a serem apresentados pela licitante vencedora, para a realização dos serviços do Contrato, deverão ser adequados e estar disponíveis para uso imediato.

6.4. Além dos veículos discriminados na relação mínima, a **CONTRATADA** deverá dispor de veículos, em quantidade suficiente, para apoio às suas atividades de operação, transporte de seus funcionários, supervisão,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

fiscalização, manutenção e administração.

6.5. Antes da assinatura do Contrato, será efetuada uma vistoria prévia pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, com o objetivo de constatar a boa condição de operações dos veículos e equipamentos.

6.6. Ao longo do Contrato, os equipamentos deverão ser mantidos com todos os seus componentes funcionando nas mesmas condições iniciais especificadas, não obstante o desgaste normal por uso, inclusive as unidades de reserva.

6.7. Em caso de substituição de quaisquer dos veículos vinculados ao Contrato, a substituição deverá ocorrer por outro com ano de fabricação igual ou superior ao do veículo substituído, sempre com **anuência prévia da CONTRATANTE**.

6.8. A **CONTRATADA** deverá aplicar um Plano de Manutenção dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados baseado em inspeções diárias, programa e manutenção preventiva e corretiva, programa de serviços internos e externos, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção e pintura periódica), programa de controle dos itens de segurança (iluminação, pneus, etc.).

6.9. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** efetuará uma avaliação semestral na frota da **CONTRATADA**, buscando verificar as condições de funcionamento.

6.10. Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços de limpeza pública deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de gases e demais normas reguladoras do tráfego de veículos.

6.11. As alterações de veículos e/ou equipamentos no cadastro do sistema de pesagem somente serão autorizadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, desde que atendida as exigências contratuais.

6.12. Os padrões de pintura, adesivos e identificação dos veículos e equipamentos deverão seguir as normas definidas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, sendo os custos de responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.13. A **CONTRATADA** deverá providenciar o cadastramento prévio dos caminhões para o início da execução dos serviços, sendo a única responsável pelo material despejado por seus caminhões no aterro sanitário.

6.14. Todos os veículos dotados de carroceria basculante deverão transitar com a carga devidamente lonada, para evitar o derramamento de resíduos nas vias públicas.

6.15. É terminantemente proibido o transporte de pessoal em veículos abertos, devendo a **CONTRATADA** providenciar e arcar com transporte compatível com a legislação de trânsito vigente.

6.16. Todos os veículos e equipamentos devem estar sujeitos a um plano de manutenção, limpeza e higienização a fim de assegurar ótimas condições de aspecto e estado geral durante toda a duração do Contrato.

7. PESSOAL

7.1. A **CONTRATANTE** deverá dimensionar o pessoal necessário à execução dos serviços considerando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

uma reserva técnica de mão de obra para pleno atendimento aos casos de absenteísmo, afastamentos e cobertura folgas e férias.

7.2. A cobertura das faltas de funcionários nos serviços sem previsão de reserva técnica mínima deverá ser realizada pela reserva dimensionada para os demais serviços.

7.3. A reserva técnica solicitada não isentará a **CONTRATADA** da responsabilidade de contratação extra, caso assim seja necessário.

7.4. Só poderão ser mantidos em serviços os empregados atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

7.5. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** terá direito de exigir dispensa e substituição, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço.

7.6. Se a dispensa der origem a ação judicial, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

7.7. É absolutamente vetada ao pessoal da **CONTRATADA**, a execução de outras tarefas que não sejam objeto deste Contrato, salvo quando devidamente autorizado pela **CONTRATANTE**.

7.8. Será terminantemente proibido aos empregados da **CONTRATADA** fazer catação, venda ou triagem de resíduos durante a execução dos serviços.

7.9. É proibida a ingestão de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie por parte dos funcionários da **CONTRATADA** durante a execução dos serviços.

7.10. A **CONTRATADA** deverá fornecer água potável gelada para consumo dos empregados durante suas atividades.

7.11. Todos os funcionários deverão apresentar-se devidamente uniformizados e asseados, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança quando a situação os exigir (conforme Normas do Ministério do Trabalho), além de identificados através de crachás.

7.12. A disponibilização e reposição de EPI's e uniformes deverão obedecer a seguinte frequência mínima:

TABELA 3: TABELA DE FORNECIMENTO MÍNIMO DE FARDAMENTOS E EPI'S				
Função	Fiscais / Cabos de turma	Motoristas / Operadores	Garis / Ajudantes	OBS:
Boné	4 unid. / func. x ano	4 unid. / func. x ano	6 unid. / func. X ano	Custeio pela Contratada
Camisa	4 unid. / func. x ano	4 unid. / func. x ano	6 unid. / func. X ano	Custeio pela Contratada
Calça	4 unid. / func. x ano	4 unid. / func. x ano	6unid. / func. X ano	Custeio pela Contratada
Colete refletivo	-	-	2 unid. / func. X ano	Custeio pela Contratada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Luva	-	-	12 pares / func. X ano	Custeio pela Contratada
Meia	4 pares / func. x ano	4 pares / func. x ano	6 pares / func. X ano	Custeio pela Contratada
Calçado	2 pares / func. x ano	2 pares / func. x ano	4 pares / func. X ano	Custeio pela Contratada
Capa de chuva	-	-	2 unid. / func. X ano	Custeio pela Contratada
Protetor solar	Fornecimento diário e em quantidade adequada			Custeio pela Contratada

7.13. Além dos EPI's acima descritos, a **CONTRATADA** também deverá fornecer aos seus funcionários demais equipamentos de proteção exigidos para cada atividade específica conforme determina a NR-06 Portaria 3214 de 08/06/78 e posterior alterações do MTE (máscaras e óculos de proteção, aventais, batas, luvas e calçados especiais, etc.) assim como o cumprimento da NR-04, NR-05, NR-07 e NR-09.

7.14. Caberá à **CONTRATADA** apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente uniformizados, providenciando veículos, equipamentos e ferramental suficientes para a plena realização dos serviços.

7.15. Em face da necessidade de recursos humanos qualificados para o exercício dos serviços de gerenciamento e operacional nas diversas áreas do trabalho, é de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá apresentar um planejamento no primeiro mês de contrato, garantir a realização de treinamentos e comprovação da realização, que abrange os seguintes quesitos:

- Treinamentos operacionais quanto à realização dos serviços;
- Gerenciamento do sistema de limpeza urbana;
- Cidadania;
- Coleta seletiva e meio ambiente;
- Qualidade no atendimento aos usuários;
- Segurança do trabalho;
- Importância dos EPI's;
- Alfabetização de adultos;
- Outros.

7.16. Competirá ainda à **CONTRATADA** a admissão de superintendentes, gerentes, supervisores, técnicos, encarregados, fiscais de campo, além de toda a mão de obra administrativa e de manutenção necessárias à operacionalização, manutenção e administração dos serviços contratados, correndo por sua conta todos os custos trabalhistas inerentes.

8. EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES

8.1. A **CONTRATADA**, na época da execução do serviço, deverá dispor de imóvel localizado no Município de São Gonçalo devidamente licenciado, dotado de garagem para veículos, galpão de manutenção, vestiário de funcionários, almoxarifado de peças e demais salas de administração, de forma a poder garantir a regularidade de todas as atividades inerentes ao correto gerenciamento dos serviços e normas vigentes (atividades administrativas, operacionais).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

8.2. Caso julgue necessário, a **CONTRATADA** deverá manter pontos de apoio na cidade para facilitar a operacionalização dos serviços.

8.3. Não será permitida a permanência de veículos e equipamentos em vias públicas, quando não estiverem em serviço.

8.4. A **CONTRATADA** deverá manter suas edificações e instalações, correndo por sua conta as despesas necessárias para tanto.

8.5. A fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** deverá ter livre acesso às instalações da **CONTRATADA** para a realização de inspeções de veículos, equipamentos e instalações.

9. PESAGEM E DESTINO FINAL

9.1. A **CONTRATADA** deverá transportar os resíduos sólidos coletados até os locais de destinação final determinados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

9.2. Todos os veículos carregados devem ser obrigatoriamente pesados em balanças determinadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

9.3. A **CONTRATADA** deverá submeter seus veículos de coleta ao controle de tara, sempre que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** o exigir.

10. DA DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS AOS USUÁRIOS

10.1. É de responsabilidade da **CONTRATADA** a comunicação aos usuários sobre os serviços de varrição em cada área, através de folhetos e/ou placas informando das frequências e horários da varrição. A contratada deverá comprovar trimestralmente a realização destas comunicações. A comprovação será anexada aos documentos necessários ao pagamento das medições.

10.2. Independente da frequência acima estipulada, sempre que houver qualquer alteração no Plano de Trabalho, e mediante solicitação **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, a **CONTRATADA** deverá comunicar aos usuários sobre tais alterações.

10.3. Qualquer forma de divulgação só poderá ser realizada pela **CONTRATADA** após aprovação por parte da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

11. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. As medições e os pagamentos dos serviços realizados pela **CONTRATADA** se darão através dos seguintes parâmetros:

11.2. As medições deverão ser realizadas de acordo com os anexos I (Orçamento) e II (Memória de cálculo), partes integrantes do edital.

11.3. Para os serviços cujas unidades tenham mensuração mensal (homem e equipe), o apontamento será realizado com base na proporcionalidade dos dias efetivamente trabalhados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

11.4. O serviço de varrição em ruas e avenidas, incluindo sarjetas e calçadas fronteiriças aos meios-fios, será medido através da extensão da via pública efetivamente varrida e limpa. O somatório das distâncias em quilômetros efetivamente varridas e limpas, aferidas diariamente pela fiscalização em cada mês, será a quantidade mensal a ser computada na medição do mês. A limpeza das praças públicas será apropriada pelo homem hora definido no orçamento. As feiras livres serão apropriadas por dia de unidade feira. As equipes disponibilizadas serão apropriadas por dia da unidade equipe. Os equipamentos serão apropriados por horas diárias trabalhadas. As lixeiras serão apropriadas por unidade instalada.

11.5. O orçamento define os seguintes itens a serem medidos:

varrição de ruas e avenidas: R\$ / Km
limpeza das praças: R\$ / hh
limpeza de feiras livres: R\$ / unidade feira
equipe de limpeza: R\$ / equipe dia
equipe de roçagem: R\$ / equipe dia
caminhão basculante: R\$ / h
retroescavadeira: R\$ / h
instalação de paleteira: R\$ / unidade
pintura de meios-fios: R\$ / m linear
feitor: R\$ / h

11.6. As medições da **CONTRATADA** só serão encaminhadas para pagamento após validadas pela fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**.

11.7. As ruas e avenidas tem que ser varridas em toda sua extensão, independente da dimensão das calçadas e da quilometragem estimada na planilha. Havendo diferença a maior ou a menor na extensão de alguma via, para medição prevalecerá sempre a extensão estimada na planilha contratual.

12. INSTRUÇÕES GERAIS

- A mobilização de todos os equipamentos e a manutenção que se fizerem necessárias, ficarão a cargo da empresa;
- Os serviços terão início, a partir da data de ordem de início, com indicação dos fiscais da **SEMDUR**;
- Deverá ser emitido um Diário de Serviço, sendo anotados todos os equipamentos, materiais, efetivo por qualificação, fotos antes e depois dos serviços de capina e roçagem, registro de ocorrência imprevista e os serviços realizados no dia; a falta de emissão deste relatório acarretará impedimento de aprovação de medição mensal.
- Deverá ser anexada ao diário, uma cópia da ART e de todos os documentos pertinentes à realização dos serviços, dados pelos órgãos competentes;
- A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, no contrato;
- A **CONTRATADA** deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública;
- A **CONTRATADA** deverá apresentar Certidão atualizada de registro da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

- A **CONTRATADA** deverá ter em seu quadro, profissional registrado no CREA com especialidade em Engenharia Sanitária, com experiência nesses tipos de serviços e detentor de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido pelo CREA, para acompanhamento e orientação técnica dos trabalhos de limpeza urbana;
- A **CONTRATADA** deverá apresentar, para fins de habilitação, da apresentação de Licenciamento Ambiental de Operação expedida pelo órgão competente, para as atividades sujeitas a esse procedimento;
- Os demais serviços eventuais e ou imprevistos, só serão aceitos, se forem solicitados pela fiscalização.
- As praças, ruas e avenidas serão sempre varridas em toda sua extensão, independente da dimensão das calçadas e da quilometragem constante na planilha. As medidas são **estimadas** para efeito de orçamento.
- É de única e exclusiva responsabilidade das empresas participantes desta licitação o levantamento real dos quantitativos orçados. O orçamento constante do edital de licitação não poderá ser utilizado pela **CONTRATADA** para reivindicar serviços extras bem como emitir pleitos visando correção de valores.
- A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, uma declaração em papel timbrado e assinado por representante legal da empresa, no qual a CONTRATADA declara ter percorrido os logradouros públicos constantes neste Termo de Referência e desta forma ter pleno conhecimento do estado físico e medidas constantes no orçamento.
- Este contrato não contempla pagamento de horas extras para homens e equipamentos.

13. PRAZOS

O prazo total para execução objeto da presente licitação é de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Início. Quanto à duração, será observado o que dispõe no inciso II do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93, onde os contratos de prestação de serviços prestados de forma contínua poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos limitada a sessenta meses.

14. VALORES

14.1. O valor previsto para a execução dos serviços está discriminado na planilha orçamentária anexa.

14.2. Os serviços serão executados pelo regime de preço unitário, tendo sido considerados os custos relativos às composições baseadas nos insumos EMOP, com BDI de 19%.

14.3. A medição será apresentada mensalmente de acordo com os serviços executados, estando de acordo com a **SEMDUR**, será emitido o faturamento, devendo ser apresentadas memórias de cálculo com apropriações diárias em planilha própria.

14.4. O pagamento será realizado nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea "A" da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a partir da apresentação da fatura no protocolo geral.

14.5. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE - Quanto à cláusula de reajustamento, ela será aplicada com a periodicidade anual, obedecendo-se em tudo o que dispõe a Lei Federal nº 9.069 de 29/06/95, alterada pela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

Medida Provisória nº 1875.56 de 22/10/99, como a seguir:

- 14.5.1.** Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que segue, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à **CONTRATADA** justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da IN SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008.
- 14.5.2.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
 - 14.5.2.1.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
 - 14.5.2.2.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 14.5.3.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 14.5.4.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.
- 14.5.5.** O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 14.5.6.** Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 14.5.7.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
 - 14.5.7.1.** Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra.
 - 14.5.7.2.** Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 14.5.8.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **CONTRATANTE** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

valores reajustados, sob pena de preclusão.

- 14.5.9.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 14.5.10.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 14.5.11.** A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 14.5.12.** Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 14.5.13.** A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.
- 14.5.14.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações e reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 14.5.14.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 14.5.14.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 14.5.14.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 14.5.15.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 14.5.16.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 14.5.17.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.
- 14.5.18.** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

14.6. Ao término do prazo de suspensão da aplicação da cláusula de reajuste, ou sendo revogada a norma que a instituiu, o reajustamento passará a aplicar-se em sua plenitude, mediante emprego do índice de Custo dos serviços, publicado mensalmente.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O recurso para cobrir as despesas da presente licitação correrá a conta do Programa de Trabalho nº 2059.15.452.2083.2203, Natureza de Despesas 3.3.90.39.00 e Fonte de Recurso 00.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. Necessária a apresentação por parte da empresa licitante (pessoa jurídica) comprovação para desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto da licitação, através de pelo menos duas certidões ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. As certidões ou atestados de Capacidade Técnica deverão ser emitidas em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefone, com identificação do nome e cargo do signatário.

16.2. A empresa licitante deverá ter em seu efetivo um responsável técnico, graduado em engenharia e/ou arquitetura com extensão na área ambiental e/ou sanitária. A apresentação de ART do responsável por serviços similares é obrigatória.

16.2.1. A comprovação do vínculo com o responsável técnico poderá ser realizada via Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, por Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum, ou por outro instrumento com o mesmo valor probatório, firmado legitimamente.

16.3. A licitante deverá comprovar serviços com varrição em área pública de no mínimo 20 Km de ruas.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. contratada dará como garantia o valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato de acordo com uma das modalidades disposta no artigo 56 da lei 8666/93.

18. DA FISCALIZAÇÃO

O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, desde que designados, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no edital de licitação, e nas especificações dos equipamentos e serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas verificados, conforme artigo 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

A **CONTRATADA** se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da **ABNT**, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

A existência e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação aos equipamentos e à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas, bem como a obrigatoriedade de fiscalizar quanto ao adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela contratada em decorrência da execução do contrato.

A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.

19. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 142/2004.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

LISTA DE RUAS, AVENIDAS, FEIRAS E PRAÇAS

VIAS PRINCIPAIS DOS BAIRROS	COMP. ESTIMADO (Km)	FREQUÊNCIA
Alcântara x Av. Edson	8,20	DIÁRIA
Alcântara x Neves	12,30	DIÁRIA
Zé Garoto x Estrela do Norte	1,50	DIÁRIA
Zé Garoto x Venda da Cruz	5,20	DIÁRIA
Av. 18 do Forte – Av. Paula Lemos até BR 101	3,30	2ª, 4ª e 6ª
Rua Boqueirão Pequeno / Rua Guilherme Santos Andrade	3,26	3ª e 5ª
Av. São Miguel	1,20	DIÁRIA
Av. José Mendonça de Campos	3,00	3ª e 5ª
Vicente de Lima Cleto até Itaúna - Est. Da Conceição até Itaúna.	3,10	2ª, 4ª e 6ª
Estrada dos Menezes / Rua dos Aliados	1,68	3ª e 5ª
Rua Carlos Gianelli – Av. Imboçu - Lodial	1,50	DIÁRIA
Rua Abílio José de Matos	2,50	2ª, 4ª e 6ª
Av. Joaquim de Oliveira até esquina com Rua Minas Gerais	2,50	3ª e 5ª
Av. Paul Leroux	1,30	2ª, 4ª e 6ª
Av. Visconde de Itaúna até BR 101	1,50	2ª, 4ª e 6ª
Av. Paiva	0,73	DIÁRIA
José Mana Júnior	0,90	2ª, 4ª e 6ª
Av. Domingos Damasceno Duarte	1,30	2ª, 4ª e 6ª
Rua Vieira Pinto / Av. Humberto Soeira de Carvalho	1,57	3ª e 5ª
Estrada Raul Veiga	2,70	DIÁRIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Estrada Do Pacheco	1,40	3ª e 5ª
Av. Dr. Albino Imparato	4,0	3ª e 5ª
Estrada do Guaxindiba	2,59	2ª, 4ª e 6ª
Rua Salvatori até Estrada do Rocha	2,70	DIÁRIA
Rua Casimiro de Abreu	0,85	DIÁRIA
Rua Waldir dos Santos	2,60	3ª e 5ª
Av. Lúcio Tomé Feiteira / Av. 1º de Maio	2,00	2ª, 4ª e 6ª
Rua Minas Gerais	0,80	2ª, 4ª e 6ª
Rua Nestor Pinto Alves - Trecho do Viaduto até Tv. Dom Bosco	1,20	DIÁRIA
Rua João de Almeida	0,18	DIÁRIA
Rua Laureano Rosa	0,45	DIÁRIA
Rua João Caetano	0,43	DIÁRIA
Rua Jovelino de Oliveira - Trecho Av. Maricá até entrada do Jardim Catarina	1,35	DIÁRIA
Rua João Manoel Gonçalves - Trecho Av. Maricá até entrada do Jardim Catarina	1,35	DIÁRIA
Rua São Pedro de Alcântara	0,46	DIÁRIA
Rua Marechal Floriano Peixoto	1,60	3ª e 5ª
Rua Maria Rita	1,14	3ª e 5ª
Rua Capitão João Manoel	2,60	2ª, 4ª e 6ª
Av. Santa Luzia	1,87	DIÁRIA
Estrada Do Sacramento	1,00	DIÁRIA
Estrada da Trindade	0,50	DIÁRIA
Av. Jaime Figueiredo	2,20	2ª, 4ª e 6ª
Av. Washington Luiz	0,90	3ª e 5ª



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

RELAÇÃO DE FEIRAS LIVRES

4ª FEIRA	VENDA DA CRUZ	
SÁBADO	GRADIM	
DOMINGO	ALCÂNTARA/ ITAÚNA NEVES / ROCHA	

RELAÇÃO DE PRAÇAS

Praças	Pessoal	Frequência
Zé Garoto	2	DIÁRIA
Ex Combatente	2	DIÁRIA
Gradim	1	DIÁRIA
Neves	2	DIÁRIA
Trindade	2	DIÁRIA
Bandeirante	2	DIÁRIA
Jardim Catarina	1	DIÁRIA
Santa Luzia	2	DIÁRIA
Mútua	1	DIÁRIA
Brasilândia	2	DIÁRIA
Covanca	1	DIÁRIA
Sacramento	1	DIÁRIA
Santa Izabel	1	DIÁRIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

Largo Itaúna	1	DIÁRIA
Barro Vermelho	1	DIÁRIA
Lúcio Tomé Feiteira	1	DIÁRIA
Mineirinho	1	DIÁRIA
Balpresa	1	DIÁRIA
Nova Cidade	1	DIÁRIA
Bíblia	2	DIÁRIA
Monjolos	1	DIÁRIA
Largo da Ideia	1	DIÁRIA
São Miguel	1	DIÁRIA
Rocha	1	DIÁRIA
Lodial	1	DIÁRIA
Relógio	1	DIÁRIA
Galo Branco	1	DIÁRIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

[IMPRIMIR EM FOLHA TIMBRADA DO EMPREGADOR]

DECLARAÇÃO

**(Inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93)
(Pessoa Jurídica)**

Ref: Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 032/2018

A.....(Instituição licitante)....., inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal (ou preposto) o (a) Sr.(a), portador
(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF Nº, DECLARA, para
fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela
Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

[Local], ____ de _____ de 2018.

[Nome do Representante legal – Cargo]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico					N° 032/2018	
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias					Prazo de Execução: Conforme TR, Anexo I.	
CNPJ.:					Insc. Estadual:	
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
Título:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO					
ITEM	QUANT	UNID	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	VARRIÇÃO MANUAL					
	10.533,50	HA	09.005.0025-A	VARREDURA EM SUPERFÍCIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS (104 VEZES POR ANO)		
2	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA URBANA					
	2.241.840,00	M	20.105.0005-A	PINTURA DE MEIO-FIO COM CAL, COM UMA DEMÃO		
3	EQUIPAMENTOS DE APOIO					
	10.296,00	H	19.004.0013-C	CAMINHÃO BASCULANTE, NO TOCO, CAPACIDADE DE 7,00M3, INCLUSIVE MOTORISTA		
	720,00	H	19.004.0021-C	CAMINHÃO TANQUE, CAPACIDADE DE 10.000L, INCLUSIVE MOTORISTA		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

	2.304,00	H	19.005.0028-C	RETRO-ESCAVADEIRA/CARREGADEIRA, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 0,76M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 4,00M, INCLUSIVE OPERADOR		
	25.344,00	H	19.011.0030-C	ROCADEIRA COSTAL MOTORIZADA PARA PREPARO DE TERRENO, EXCLUSIVE OPERADOR		
	MÃO DE OBRA					
4	23.040,00	H	05.105.0027-A	MAO-DE-OBRA DE FEITOR (ENCARREGADO DE TURMA), INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS		
	231.192,00	H	05.105.0015-A	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS		
	25.344,00	H	05.105.0021-A	MAO-DE-OBRA DE OPERADOR DE MAQUINAS, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS		
	PAPELEIRAS					
5	1.200,00	UN	09.026.0025-A	PAPELEIRA PLASTICA P/VIAS E PRACAS PUBLICAS EM POLIETILENO (DIN) COR LARANJA, CAPACIDADE PARA 50L, MEDINDO (75,50X34,50X43,50) CM. FORNECIMENTO E COLOCACAO		
TOTAL						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

OBSERVAÇÃO: A LICITANTE DEVERÁ MARCAR COM UM (X) UMA DAS DECLARAÇÕES A SEGUIR, CONFORME A SUA SITUAÇÃO:

() Que se enquadra na condição de **ME/EPP**, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e Lei Municipal 357/2011, e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, para fins do exercício dos benefícios previstos na mencionada lei,

OU

() Que **NÃO** se enquadra na condição de **ME/EPP**, nos termos da LC 123/2006 e Lei Municipal nº 357/2011.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 032/2018

ANEXO IV
ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

Título : Contratação de empresa para a execução de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no município de São Gonçalo-RJ

Base: EMOP

BDI: 19,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	\$ UNIT.	\$ PARCIAL
1		VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS				
1 1		VARRIÇÃO MANUAL				
1 1 1	09.005.0025-A	VARREDURA EM SUPERFÍCIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS(104 VEZESPOR ANO)	HA	10.533,50	254,35	2.679.202,05
Total do Item -->						2.679.202,05
2		SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA URBANA				
2 1	20.105.0005-A	PINTURA DE MEIO-FIO COM CAL,COM UMA DEMAO	M	2.241.840,00	0,51	1.147.149,53
Total do Item -->						1.147.149,53



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO V

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA EMPRESA), CNPJ n.º _____, sediada _____
(Endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei que não está em processo de falência ou concordata, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(a): _____

Nome e n.º da Identidade do Declarante

Observação:

A Declaração da licitante deverá ser apresentada em papel timbrado e estar assinada por representante legal ou preposto legalmente constituído.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO VI

MINUTA

CONTRATO Nº ____/2018

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A _____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2018 o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, o Sr. _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. _____, e do outro lado a _____, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – _____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº 19.093/2018**, através do **Pregão Eletrônico PMSG N.º 032/2018**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, pelo Decreto Municipal nº 142/2004, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no Município de São Gonçalo, com base nas condições presentes no Termo de Referência, parte integrante deste.

1.3. Os serviços terão início, a partir da data de ordem de início, com indicação dos fiscais da **SEMDUR**

1.4. O prazo total para execução objeto da presente licitação é de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Início. Quanto à duração, será observado o que dispõe no inciso II do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93, onde os contratos de prestação de serviços prestados de forma contínua poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos limitada a sessenta meses.

1.5. O regime de execução será na forma indireta mediante execução por preço unitário.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. DA CONTRATADA

2.1.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

2.1.2. Executar os serviços de Varrição no Município de São Gonçalo objetos do presente em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, do Edital e demais anexos, acompanhados das respectivas notas fiscais e dos comprovantes de medição.

2.1.3. A mobilização de todos os equipamentos e a manutenção que se fizerem necessárias, ficarão a cargo da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

2.1.4. Deverá ser emitido um Diário de Serviço, sendo anotados todos os equipamentos, materiais, efetivo por qualificação, fotos antes e depois dos serviços de capina e roçagem, registro de ocorrência imprevista e os serviços realizados no dia; a falta de emissão deste relatório acarretará impedimento de aprovação de medição mensal.

2.1.5. Deverá ser anexada ao diário, uma cópia da ART e de todos os documentos pertinentes à realização dos serviços, dados pelos órgãos competentes.

2.1.6. A **CONTRATADA** deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública.

2.1.7. A **CONTRATADA** deverá apresentar Certidão atualizada de registro da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

2.1.8. A **CONTRATADA** deverá ter em seu quadro, profissional registrado no CREA com especialidade em Engenharia Sanitária, com experiência nesses tipos de serviços e detentor de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido pelo CREA, para acompanhamento e orientação técnica dos trabalhos de limpeza urbana.

2.1.9. A **CONTRATADA** deverá apresentar, para fins de habilitação, da apresentação de Licenciamento Ambiental de Operação expedida pelo órgão competente, para as atividades sujeitas a esse procedimento.

2.1.10. Os demais serviços eventuais e ou imprevistos, só serão aceitos, se forem solicitados pela fiscalização.

2.1.11. As praças, ruas e avenidas serão sempre varridas em toda sua extensão, independente da dimensão das calçadas e da quilometragem constante na planilha. As medidas são **estimadas** para efeito de orçamento.

2.1.12. É de única e exclusiva responsabilidade das empresas participantes desta licitação o levantamento real dos quantitativos orçados. O orçamento constante do edital de licitação não poderá ser utilizado pela **CONTRATADA** para reivindicar serviços extras bem como emitir pleitos visando correção de valores.

2.1.13. A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, uma declaração em papel timbrado e assinado por representante legal da empresa, no qual a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

CONTRATADA declara ter percorrido os logradouros públicos constantes no Termo de Referência e desta forma ter pleno conhecimento do estado físico e medidas constantes no orçamento.

2.1.14. Este contrato não contempla pagamento de horas extras para homens e equipamentos.

2.1.15. Assumir todos os ônus decorrentes de falhas, omissões, defeitos de instalação e prejuízos outros derivados da má execução do Contrato.

2.1.16. Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários.

2.1.17. Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do Contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo por parte da **CONTRATADA**, salvo se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do MUNICÍPIO ou da pessoa que sofreu o dano.

2.1.18. Assegurar à prefeitura o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, conforme previsto no Termo de Referência, no Edital e em todos os seus anexos.

2.1.19. Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do(s) objeto(s) e pela(s) despesa(s) oriunda do(s) mesmo(s) durante a prestação do serviço, bem como todos os encargos tributários e outros encargos inerentes a execução dos serviços.

2.1.20. Prestar esclarecimentos a **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independentemente de solicitação.

2.1.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.1.22. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

2.1.23. É obrigação da **CONTRATADA** adimplir com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias pertinentes ao objeto contratado, bem como deve apresentar, à Administração, a prova do adimplemento dessas obrigações. A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

2.2. DA CONTRATANTE

2.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados, provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, com análise técnica das medições realizadas, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

2.2.2. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

2.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, por meio de comissão ou servidor especialmente designado.

2.2.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

2.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados, quando em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos e legislação aplicável.

2.2.6. Notificar, por intermédio de qualquer meio hábil, à **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato.

2.2.7. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – A despesa decorrente do serviço do objeto no valor de **R\$ _____** (_____), correrá a conta do Programa de trabalho nº **2059.15.452.2083.2203**, **Natureza de Despesa 3.3.90.39.00** e **Fonte de Recurso 00** e Nota de Empenho nº. _____/2018.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** pagará à Contratada, a importância pactuada, conforme a comprovação dos serviços efetivamente realizados e em conformidade com o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

item 11 – Medição dos Serviços e item 14 – Valores contidos no Termo de Referência, parte integrante deste.

4.2. A cobrança do (s) serviço (s) realizado (s) deverá ser feita pela Contratada, realizando pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

- 4.2.1** Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
- 4.2.2** Cópia do Termo de Contrato;
- 4.2.3** Cópia de Termos Aditivos se houver;
- 4.2.4** Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- 4.2.5** Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e de débitos relativos a Créditos Tributário, os Federais e a Dívida Ativa da União.

4.3. O pagamento da (s) nota (s) fiscal(s)/fatura(s) dos serviços realizados, devidos à **CONTRATADA** serão efetuados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** e não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela e sendo apresentada a fatura no protocolo geral.

4.3.1 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por 02 (dois) servidores, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada.

4.4. Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

4.4.1 Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

- 4.5.1.1.** Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);
- 4.5.1.2.** Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

4.4.2 Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

4.5. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança consignará valores em reais e discriminará a especificação dos serviços realizados, nome do banco, agência e número da conta-corrente da titularidade da Contratada para serem creditados e deverá ser emitida em duas vias, em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ n.º 28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa e terá que apresentá-la à unidade solicitante, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento tantos quantos forem os dias de atraso de envio.

4.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços realizados.

4.7. Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, o **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.8. Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 4.5, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

4.9. A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta-corrente bancária.

4.10. A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por ser completamente vedado por Lei e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

4.11. A Contratada quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** em decorrência da negociação, por parte da Contratada, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar como perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

5 – CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1 - A CONTRATADA deverá seguir estritamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 - É vedado à **CONTRATADA** subcontratar ou transferir o presente Contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1 A contratada assumirá plena responsabilidade pelos equipamentos e serviços realizados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentarem em condições de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

7.2. A Contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada **no ato de sua assinatura**, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a Contratada escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.

7.3. Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da Contratada, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.

7.4. A garantia contratual prestada pela Contratada somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da empresa.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente **Contrato** poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento dos materiais, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **Contrato**.

II – Unilateralmente pela Administração:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

9 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

- 9.1.1** Advertência escrita;
- 9.1.2** Multa;
- 9.1.3** Suspensão temporária;
- 9.1.4** Declaração de inidoneidade.

9.2. **Advertência por escrito**, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

9.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

9.3.1. O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**, desde que designado, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

9.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

9.3.2.2. Por inexecução total ou parcial.

9.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

9.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

9.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

9.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

9.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

9.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**.

9.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no **item 9.4.4.** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

9.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exige a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública** direta ou indireta.

9.4.8. Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

9.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** do órgão integrante da Administração Pública Direta.

9.5. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pela Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

9.6. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.6.1. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria-Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXEÇÃO

10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **Contrato**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das **PARTES**, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste **CONTRATO**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela **FISCALIZAÇÃO** ao **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem a realização do serviço do objeto deste **CONTRATO**.

11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas **PARTES**.

11.4. Serão para fins deste **CONTRATO** casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste **CONTRATO**.

11.6. No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste **CONTRATO**.

12 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A Administração Municipal publicará no Diário Oficial do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 31, do Decreto Municipal n.º 142/2004.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (CONTROLE E EXECUÇÃO)

13.1. O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**, desde que designado, incumbindo-lhe, conseqüentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos equipamentos e serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93 e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.1.1. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

13.2. A **Contratada** se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

13.3. A existência e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **Contratada** no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

13.4. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação aos equipamentos e à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas, bem como a obrigatoriedade de fiscalizar quanto ao adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela contratada em decorrência da execução do contrato.

13.5. A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o serviço objeto deste Contrato.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

15.1. Quanto à cláusula de reajustamento, ela será aplicada com a periodicidade anual, obedecendo-se em tudo o que dispõe a Lei Federal nº 9.069 de 29/06/95, alterada pela Medida Provisória nº 1875.56 de 22/10/99, como a seguir:

15.1.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que segue, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da IN SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

15.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

15.1.2.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

15.1.2.2. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

15.1.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

15.1.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

15.1.5. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

15.1.6. Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

15.1.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

15.1.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra.

15.1.7.2. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

15.1.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

possível à **CONTRATANTE** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

- 15.1.9.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 15.1.10.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 15.1.11.** A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 15.1.12.** Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 15.1.13.** A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.
- 15.1.14.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações e reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 15.1.14.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 15.1.14.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.1.14.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

15.1.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15.1.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

15.1.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

15.1.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

15.2. Ao término do prazo de suspensão da aplicação da cláusula de reajuste, ou sendo revogada a norma que a instituiu, o reajustamento passará a aplicar-se em sua plenitude, mediante emprego do índice de Custo dos serviços, publicado mensalmente.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

16.2 – A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3 – É prerrogativa do **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

16.4 – O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

(MODELO)

O (A) _____ (nome da empresa licitante) _____ declara que não possui em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente no Município de São Gonçalo ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ao convocatório.

Local e Data

(a): _____

Nome e n.º da Identidade do Declarante

Observação:

A Declaração da licitante deverá ser apresentada em papel timbrado e estar assinada por representante legal ou preposto legalmente constituído.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS LEGAIS PARA
QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À PREFEITURA DE SÃO GONÇALO/RJ

Ao

Pregoeiro

A _____ (empresa licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que encontra-se enquadrada como (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), na forma da Lei Municipal nº 357/2011.

Local, em ____ de _____ de _____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da Empresa e assinada pelo representante legal ou mandatário, e entregue no ato do credenciamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO IX

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Contratação de empresa para a execução de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no município de São Gonçalo-RJ

METAS		VALOR PREVISTO NO ANO (R\$)	ETAPAS											
			Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7	Etapa 8	Etapa 9	Etapa 10	Etapa 11	Etapa 12
ITENS DE OBRAS / SERVIÇOS														
1 - Varrição manual de vias e logradouros públicos (eixo)	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	2.679.202,05	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.177,53	223.445,45	223.445,45	223.445,45	223.445,45
2- Serviço complementar de limpeza urbana	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	1.147.149,53	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.557,56	95.672,27	95.672,27	95.672,27	95.672,27
3- Equipamento de apoio	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	2.071.040,68	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.517,69	172.724,79	172.724,79	172.724,79	172.724,79
4- Mão de obra	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	4.629.275,83	385.618,68	385.618,68	385.618,68	385.618,68	385.618,68	385.618,68	385.618,68	385.618,68	386.081,60	386.081,60	386.081,60	386.081,60
5- Papeleiras	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	115.896,48	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.654,18	9.665,77	9.665,77	9.665,77	9.665,77
6- Serviços Técnicos	%	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
	valor R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL MENSAL	Valor R\$	10.642.564,57	886.525,63	886.525,63	886.525,63	886.525,63	886.525,63	886.525,63	886.525,63	886.525,63	887.589,88	887.589,88	887.589,88	887.589,88
TOTAL ACUMULADO	valor R\$	10.642.564,57	886.525,63	1.773.051,26	2.659.576,89	3.546.102,51	4.432.628,14	5.319.153,77	6.205.679,40	7.092.205,03	7.979.794,91	8.867.384,80	9.754.974,68	10.642.564,57
PERCENTUAL			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%
PERCENTUAL ACUMULADO			8,33%	16,66%	24,99%	33,32%	41,65%	49,98%	58,31%	66,64%	74,98%	83,32%	91,66%	100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

Anexo X

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Título : **Contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de varrição de vias e logradouros públicos no município de São Gonçalo-RJ**

Mês / Ano de referência: 02/2018 (base EMOP)

ITEM QUANT. DESCRIÇÃO

1 VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

1.1 VARRIÇÃO MANUAL

1.1.1 09.005.0025-A VARREDURA EM SUPERFÍCIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS(104 VEZESPOR ANO)
10.533,50 HA < --- TOTAL

Logradouro Público	Extensão (Km)	DIÁRIO	2ª 4ª 6ª	3ª 5ª
Av. 18 do Forte - Av. Paula Lemos até BR 101	3,30		3,30	
Rua Boqueirão Pequeno / Rua Guilherme Santos Andrade	3,26			3,26
Av. São Miguel	1,20	1,20		
Av. José Mendonça de Campos	3,00			3,00
Vicente de Lima Cleto até Itaúna - Est. Conceição até Itaúna	3,10		3,10	
Estrada dos Menezes / Rua dos Aliados	1,68			1,68
Rua Carlos Gianelli - Av. Imboapu - Lodial	1,50	1,50		
Rua Abílio José de Matos	2,50		2,50	
Av. Joaquim de Oliveira até esquina com Rua Minas Gerais	2,50			2,50
Av. Paul Leroux	1,30		1,30	
Av. Visconde de Itaúna até BR 101	1,50		1,50	
Av. Paiva	0,73	0,73		
Av. José Mana Júnior	0,90		0,90	
Av. Domingos Damasceno Duarte	1,30		1,30	
Rua Ventura Pinto / Av. Humberto Soeira de Carvalho	1,57			1,57
Estrada Raul Veiga	2,70	2,70		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

Estrada Do Pacheco	1,40			1,40
Av. Dr. Albino Imparato	4,00			4,00
Estrada do Guaxindiba	2,59		2,59	
Rua Salvatori até Estrada do Rocha	2,70	2,70		
Rua Casimiro de Abreu	0,85	0,85		
Rua Waldir dos Santos	2,60			2,60
Av. Lúcio Tomé Feiteira / Av. 1º de Maio	2,00		2,00	
Rua Minas Gerais	0,80		0,80	
*Rua Nestor Pinto Alves - Trecho do Viaduto até Tv. Dom Bosco	1,20	1,20		
*Rua João de Almeida	0,18	0,18		
*Rua Laureano Rosa	0,45	0,45		
*Rua João Caetano	0,43	0,43		
*Rua Jovelino de Oliveira - Trecho Av. Maricá até entrada do Jardim Catarina	1,35	1,35		
*Rua João Manoel Gonçalves - Trecho Av. Maricá até entrada do Jardim Catarina	1,35	1,35		
*Rua São Pedro de Alcantara	0,46	0,46		
Rua Marechal Floriano Peixoto	1,60			1,60
Rua Maria Rita	1,14			1,14
Rua Capitão João Manoel	2,60		2,60	
Av. Santa Luzia	1,87	1,87		
Estrada Do Sacramento	1,00	1,00		
Estrada da Trindade	0,50	0,50		
Av. Jaime Figueiredo	2,20		2,20	
Av. Washington Luiz	0,90			0,90
Total	66,21	18,47	24,09	23,65



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

OBS.: As ruas com * ao lado, também serão varridas aos sábados.

18,47 Km	X	nº de lados	2	X	22	dias/mês=	812,68 Km
12,00	meses	X	812,68 Km	=		9.752,16	Km
0,0026	largura média passeios c/sarjeta	X	9752,16 Km	=		25,35	Km²
25,35	Km²	/	0,01	ha / Km² =		2.535,00	ha
24,09 Km	X	nº de lados	2	X	14	dias/mês=	674,52 Km
12,00	meses	X	674,52 Km	=		8.094,24	Km
0,0026	largura média passeios c/sarjeta	X	8094,24 Km	=		21,04	Km²
21,04	Km²	/	0,01	ha / Km² =		2.104,00	ha
23,65 Km	X	nº de lados	2	X	10	dias/mês=	473,00 Km
12,00	meses	X	473,00 Km	=		5.676,00	Km
0,0026	largura média passeios c/sarjeta	X	5676,00 Km	=		14,75	Km²
14,75	Km²	/	0,01	ha / Km² =		1.475,00	ha
Varrição nos Sábados							
5,42 Km	X	nº de lados	2	X	2,5	dias/mês=	27,10 Km
12,00	meses	X	27,10 Km	=		325,20	Km
0,0026	largura média passeios c/sarjeta	X	325,20 Km	=		0,85	Km²
0,85	Km²	/	0,01	ha / Km² =		84,50	ha



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

Logradouro Público	Extensão (Km)
Alcântara x Av. Edson	8,20
Alcântara x Neves	12,30
*Zé Garoto x Estrela do Norte	1,50
Zé Garoto x Venda da Cruz	5,20
Total	27,20

OBS.: As ruas com * ao lado, também serão varridas aos sábados.

27,20 Km	X	nº de lados	2	X	22	dias/mês=	1196,80 Km
12,00	meses	X	1196,80 Km	X	=	14.361,60	Km
0,0030	largura média passeios c/sarjeta	X	14361,60 Km	X	=	43,08	Km²
43,08	Km²	/	0,01	ha / Km² =		4.308,00	ha

Varrição nos Sábados

1,50 Km	X	nº de lados	2	X	2,5	dias/mês=	7,50 Km
12,00	meses	X	7,50 Km		=	90,00	Km
0,0030	largura média passeios c/sarjeta	X	90,00 Km		=	0,27	Km²
0,27	Km²	/	0,01	ha / Km² =		27,00	ha



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

2 SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA URBANA

2.1 20.105.0005-A PINTURA DE MEIO-FIO COM CAL, COM UMA DEMAO
2.241.840,00 M

Alcântara x Av. Edson	8,20 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	196,80 Km
Alcântara x Neves	12,30 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	295,20 Km
Zé Garoto x Estrela do Norte	1,50 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	36,00 Km
Zé Garoto x Venda da Cruz	5,20 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	124,80 Km
Av. 18 do Forte - Av. Paula Lemos até BR 101	3,30 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	79,20 Km
Rua Boqueirão Pequeno / Rua Guilherme Santos Andrade	3,26 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	78,24 Km
Av. São Miguel	1,20 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	28,80 Km
Vicente de Lima Cleto até Itaúna - Est. Conceição até Itaúna	3,10 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	74,40 Km
Av. José Mendonça de Campos	3,00 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	72,00 Km
Estrada dos Menezes / Rua dos Aliados	1,68 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	40,32 Km
Rua Carlos Gianelli - Av. Imboáçu - Lodial	1,50 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	36,00 Km
Rua Abílio José de Matos	2,50 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	60,00 Km
Av. Joaquim de Oliveira até esquina com Rua Minas Gerais	2,50 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	60,00 Km
A. Paul Leroux	1,30 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	31,20 Km
Av. Visconde de Itaúna até BR 101	1,50 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	36,00 Km
Av. Paiva	0,73 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	17,52 Km
Av. José Mana Júnior	0,90 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	21,60 Km
Av. Domingos Damasceno Duarte	1,30 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	31,20 Km
Rua Vieira Pinto / Av. Humberto Soeira de Carvalho	1,57 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	37,68 Km
Estrada Raul Veiga	2,70 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	64,80 Km
Estrada Do Pacheco	1,40 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	33,60 Km
Av. Dr. Albino Imparato	4,00 Km	X	nº de lados	2	X	12 meses	=	96,00 Km



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

3	EQUIPAMENTOS DE APOIO										
3.1	19.004.0013-C	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 7,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA									
	10.296,00	H	< --- TOTAL								
	9.216,00	H		4	caminhão	X	192,00 h/mês	X	12 meses		
	1.080,00	H	Eq. Feira	1	caminhão	X	15,00 h/mês	X	12 meses	X	6 Feiras
3.2	19.004.0021-C	CAMINHAO TANQUE,CAPACIDADE DE 10.000L,INCLUSIVE MOTORISTA									
	720,00	H	< --- TOTAL								
							Suporte às Feiras Livres				
	720,00	H	Eq. Feira	1	caminhão	X	10,00 h/mês	X	12 meses	X	6 Feiras
3.3	19.005.0028-C	RETRO-ESCAVADEIRA/CARREGADEIRA,MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV,CAPACIDADE DA CACAMBA DE 0,76M3,PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 4,00M,INCLUSIVE OPERADOR									
	2.304,00	H	< --- TOTAL								
				1	retro	X	192,00 h/mês	X	12	meses	2304,00 h
3.4	19.011.0030-C	ROCADEIRA COSTAL MOTORIZADA PARA PREPARO DE TERRENO,EXCLUSIVE OPERADOR									
	25.344,00	H	< --- TOTAL								
				11	roçadeira	X	192,00 h/mês	X	12	meses	25344,00 h
4	MÃO-DE-OBRA										
4.1	05.105.0027-A	MAO-DE-OBRA DE FEITOR(ENCARREGADO DE TURMA),INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS									
	23.040,00	H	< --- TOTAL								
				10	profissional	X	192,00 h/mês	X	12	meses	23040,00 h
4.2	05.105.0015-A	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS									
	231.192,00	H	< --- TOTAL								
	13.824,00	=		6	bandeirinha	X	192,00 h/mês	X	12 meses		
	119.808,00	=		52	gari	X	192,00 h/mês	X	12 meses		
	11.520,00	=		5	pintor	X	192,00 h/mês	X	12 meses		
	5.400,00	=	Eq. Feira	5	gari	X	15,00 h/mês	X	12 meses	X	6 Feiras
	80.640,00	=	Eq. Praças	35	gari	X	192,00 h/mês	X	12 meses		
4.3	05.105.0021-A	MAO-DE-OBRA DE OPERADOR DE MAQUINAS,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS									
	25.344,00	H	< --- TOTAL								
				11	roçador	X	192,00 h/mês	X	12 meses		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

5

PAPELEIRAS

5.1

09.026.0025-A

PAPELEIRA PLASTICA P/VIAS E PRACAS PUBLICAS EM POLIETILENO(DIN),CAPACIDADE PARA 50L,MEDINDO(75,50X34,50X43,50)CM.FORNECIMENTO E COLOCACAO

1.200,00 UN < --- TOTAL

1.200,00 = 12 meses X 100 unid/mês

CUSTO DIÁRIO POR EQUIPE DE FEIRA

GARI

220,80 R\$ 5 un X 3 horas X 14,72 R\$/H

CAMINHÃO TANQUE

290,46 R\$ 1 un X 2 horas X 145,23 R\$/H

CAMINHÃO BASCULANTE

447,07 R\$ 1 un X 3 horas X 149,02 R\$/H

TOTAL

958,33 R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

PARA EFEITO DE MEDIÇÃO

Área diária varrida

36,80 ha

Custo diário

R\$ 9.360,73 36,80 ha X R\$ 254,35

Extensão varrida

72,27 Km 2ª 4ª 6ª 24,09 Km X 3,00

47,30 Km 3ª 5ª 23,65 Km X 2,00

Média diária

23,91 Km 119,57 Km : 5,00

Total no Dia

45,67 Km Diária

23,91 Km Média

6,92 Km Sábado

76,50 Km < --- TOTAL

Custo por Km

R\$ 122,36 < --- TOTAL R\$ 9.360,73 : 76,50 Km



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO XI
COMPOSIÇÃO DO B.D.I - COM Desoneração - Lei 12.844/13

X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRECTAS, exceto tributos e despesas financeiras	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
X.1 - Administração Central	1,50
X.2 - Seguro e Garantia	0,30
X.3 - Risco	0,56
X =	2,36
Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
Y.1 - Despesas Financeiras	0,85
Y =	0,85
Z . Taxa representativa do LUCRO	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
Z.1 - Lucro Presumido	3,00
Z =	3,00
I . Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS (sobre o FATURAMENTO da empresa)	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
I.1 - ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) - Municipal	5,00
I.2 - COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Federal	3,00
I.3 - P I S (Programa de Integração Social) - Federal	0,65
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013	2,00
I =	10,65

B D I - Benefício e Despesas Indiretas

$$B D I = \frac{(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)}{(1 - I)} - 1$$

← Fórmula do BDI

X é a Taxa somatória das **DESPESAS INDIRECTAS**, exceto tributos e despesas financeiras;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

Y é a Taxa representativa das **DESPESAS FINANCEIRAS**;

Z é a Taxa representativa do **LUCRO**;

I é a Taxa representativa dos **IMPOSTOS**.

B.D.I com Desoneração →

19,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO XII

DESEMBOLSO FÍSICO-FINANCEIRO

ETAPAS	PERCENTUAL (%)		VALOR CORRESPONDENTE (R\$)	
	Parcial	Acum.	Parcial	Acum.
1º	8,33%	0,08	886.525,63	886.525,63
2º	8,33%	0,17	886.525,63	1.773.051,26
3º	8,33%	0,25	886.525,63	2.659.576,89
4º	8,33%	0,33	886.525,63	3.546.102,51
5º	8,33%	0,42	886.525,63	4.432.628,14
6º	8,33%	0,50	886.525,63	5.319.153,77
7º	8,33%	0,58	886.525,63	6.205.679,40
8º	8,33%	0,67	886.525,63	7.092.205,03
9º	8,34%	0,75	887.589,88	7.979.794,91
10º	8,34%	0,83	887.589,88	8.867.384,80
11º	8,34%	0,92	887.589,88	9.754.974,68
12º	8,34%	1,00	887.589,88	10.642.564,57



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2018.

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE NÃO INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE E/OU DE NÃO POSSUIDOR DE DÉBITO PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

À PREFEITURA DE SÃO GONÇALO/RJ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018

D E C L A R A Ç ã O

Declaro, sob as penas do Artigo 86 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e demais dispositivos legais do Código Penal, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede no Município de _____, no Estado de _____, não é inscrita e/ou não possui débito para com a Fazenda do Município de São Gonçalo, para fins de atendimento do disposto no item 11.2, alínea “f.1” do Edital que rege a licitação em referência,

(Município da sede), ____ de _____ de 2018

Representante Legal Nome e Assinatura

(com carimbo da empresa)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da Empresa e assinada pelo representante legal ou mandatário.